



## ATO NORMATIVO da Secretaria Municipal da Educação

Educação

Resolução SME nº 07/2014

Regulamenta os procedimentos que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado às crianças, adolescentes e adultos com Necessidades Educacionais Especiais, matriculados no Sistema Municipal de Ensino de Limeira.

José Claudinei Lombardi, Secretário Municipal da Educação.

**NO EXERCÍCIO** de suas atribuições, delegadas pelo Decreto nº 13, de 14 de janeiro de 1998, e suas respectivas alterações, em especial a alínea "J" do artigo 11.

**CONSIDERANDO** o que dispõe no art. 9º inciso I alíneas a, b e c, art. 10º, inciso I, alínea c, da Lei Complementar 461 de 02 de junho de 2009 e suas alterações;

**CONSIDERANDO** o que dispõe as Deliberações CME nº 001/2009 e sua alteração, CME nº 04/2009 e CME nº 01/2011;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 4205/2007 que aprova o Plano Municipal de Educação, a oferta de Atendimento Educacional Especializado, desde a Educação Infantil até a qualificação profissional no; a Declaração Mundial de Educação para todos e Declaração que proclamam acesso e qualidade à educação; a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; e Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, Seção II, cap. II, art. 28 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 7611, de 17/11/2011, publicado no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências e tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, da Constituição, art. 58 a 60 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009;

**CONSIDERANDO** a Resolução que dispõe sobre a Avaliação dos estudantes no Sistema Municipal de Ensino de Limeira, e o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Limeira, vigentes.

### RESOLVE:

**Artigo 1º** - Ficam estabelecidas no Sistema Municipal de Educação de Limeira, as formas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, caracterizando-se como um espaço de educação, com vistas a proporcionar plena participação dos alunos com necessidades educacionais especiais, considerando suas especificidades.

**Artigo 2º** - Para fins desta resolução, considera-se público alvo do AEE:

**I** - alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

**II** - alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que entram um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se, nessa definição, alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psíquicos) e transtornos invasivos sem outra especificação;

**III** - alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade;

**IV** - alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica;

**Parágrafo único:** aos alunos a que se refere o inciso IV deste artigo deverá ser aplicado o disposto no artigo 8º dessa Resolução.

**Artigo 3º** - Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados em classe comum do ensino regular do Sistema Municipal de Ensino.

**Artigo 4º** - Será garantido ao aluno com necessidades educacionais especiais, previstos no artigo 2º, o AEE que poderá acontecer dentro e fora do espaço escolar.

**Artigo 5º** - O atendimento educacional especializado/AEE- dentro do espaço escolar se dará por meio de:

a) serviço que se efetiva em classe comum, por meio de trabalho em

equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino aprendizagem, podendo contar com a colaboração de outros profissionais de equipe multidisciplinar;

b) serviço de natureza pedagógica em salas de recursos, conduzido por professor especializado, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista o Atendimento Educacional Especializado, com função complementar (no caso dos superdotados/altas habilidades) e complementar (para os demais alunos). O atendimento pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, no turno inverso ao da escolarização.

**Artigo 6º** - O atendimento educacional especializado/AEE- fora do espaço escolar poderá se dar por meio de:

a) serviço em classe hospitalar destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial;

b) serviço em ambiente domiciliar destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos que estejam impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio;

c) serviço em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios, quando houver.

§ 1º - são objetivos da classe hospitalar e do atendimento em ambiente domiciliar dar continuidade ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas de Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º - o atendimento educacional especializado de que trata o caput deste artigo terá a presença do aluno certificada mediante relatório do professor que o atende.

**Artigo 7º** - As formas de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais podem ocorrer:

a) individualmente ou em pequenos grupos de educandos, conforme a necessidade, em horário diverso ao da classe regular, em caráter complementar ou complementar;

b) no contexto da sala de aula, dentro do turno de aula do educando, por meio de trabalho articulado;

c) na Classe Hospitalar, para pacientes que necessitem do AEE;

d) no ambiente domiciliar para os alunos com impedimento de frequência escolar;

e) no Centro de Atendimento Educacional Especializado, quando houver.

**Artigo 8º** - Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos, sem diagnóstico conclusivo, e para a tomada de decisões quanto a indicação dos mesmos ao atendimento necessário, a equipe escolar formada pelo professor da sala regular, professor da sala de recursos, professor coordenador e diretor da escola, deverá providenciar, expediente contendo:

**I** - as avaliações do aluno no processo de ensino e aprendizagem;

**II** - relatório circunstanciado que evidencie o desenvolvimento da vida escolar do aluno, não se restringindo ao ano escolar em curso;

**III** - a anamnese com os pais e/ou responsável legal pelo aluno;

**IV** - documentos que comprovem os encaminhamentos a profissionais e/ou instituições especializadas;

**V** - relatórios e/ou documentos comprobatórios de atendimento, emitido por profissional legalmente habilitado e/ou instituições especializadas, legalmente constituída e autorizada, quando houver;

**VI** - as providências adotadas pela família;

**VII** - as providências adotadas pelo/unto ao serviço de Saúde, de Assistência Social, do Trabalho, da Justiça e de Esporte, do Conselho Tutelar e Ministério Público, entre outros, quando se aplicar;

**VIII** - demais documentos julgados pertinentes.

§ 1º - O expediente de que trata o caput deste artigo deverá ser encaminhado anualmente, por meio de CI protocolada, à Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para análise e manifestação.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento Educacional, responsável pela escola, deverá emitir parecer quando consultado pelo Setor de Educação Especial.

§ 3º - O atendimento ao aluno, de que trata o caput deste artigo, poderá ser revisito a qualquer tempo.

**Artigo 9º** - Compete ao docente responsável pelo atendimento educacional especializado em conjunto, quando for o caso, com a equipe escolar:

**I** - promover continuamente a articulação de suas atividades com o Plano Gestor/Projeto Político Pedagógico da Escola, através de orientação do Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal da

Educação, visando ao pleno atendimento dos objetivos estabelecidos;

**II** - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, de forma a construir no relatório de atendimento, um plano de atuação para superá-las, contendo:

a) Identificação do aluno;

b) Anamnese com os responsáveis pelo aluno;

c) Avaliação diagnóstica inicial;

d) Objetivos gerais e específicos;

e) Conteúdos;

f) Metodologia;

g) Recursos;

h) Avaliação contínua, periódica e intervenções, conforme Resolução SME nº XX/14

**III** - elaborar e oferecer currículo adaptado de acordo com as necessidades de cada aluno;

**IV** - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos;

**V** - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

**VI** - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

**VII** - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

**VIII** - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

**IX** - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

**X** - auxiliar na produção de materiais, tais como: transcrição de textos, adequação de materiais didático-pedagógicos, ampliação de textos, gravação de textos, entre outros.

**XI** - colaborar com o professor da classe comum no desenvolvimento de mediações pedagógicas que atendam às necessidades de todos os educandos da classe, visando evitar qualquer forma de segregação e discriminação;

**XII** - sensibilizar e discutir as práticas educacionais desenvolvidas, problematizando-as com os profissionais da unidade educacional, em reuniões pedagógicas, horários coletivos e outros;

**XIII** - propor, acompanhar e avaliar, juntamente com a equipe escolar, ações que visem à inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência;

**XIV** - trabalhar em conjunto com a equipe gestora, com o professor coordenador, com o professor da classe comum, com a família e com os demais profissionais envolvidos, na construção de ações que garantam a inclusão educacional e social dos educandos;

**XV** - manter atualizados os registros das ações desenvolvidas, com o objetivo de redimensionar e orientar os demais profissionais que atuam com os educandos.

**Art.10.** - O professor responsável pelo AEE deve ser habilitado de acordo com a alínea b do artigo 15 da Lei Complementar nº 461/09 e suas alterações, Estatuto do Magistério Público Municipal de Limeira.

**Art.11.** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução SME nº 12, publicada em 30 de novembro de 2012.

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.** aos 04 dias do mês de abril de 2014.

**JOSÉ CLAUDEINEI LOMBARDI**  
Secretário Municipal da Educação

**LIGUE 180**  
**CENTRAL DE**  
**ATENDIMENTO**  
**DAS MULHERES**

**OBJETO:** Prorrogação de prazo do contrato a fim de utilizar o saldo remanescente, para contratação de empresa especializada para fornecimento de oxigênio medicinal com locação de cilindros.

**PRAZO:** por 12 (doze) meses, contados a partir de 19 de julho de 2014 e a terminar em 18 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, conforme artigo 575 § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**  
**COMUNICADO**

O Município de Limeira comunica com base no Decreto 357/13 e o disposto no artigo 24 e incisos, da Lei 8.666/1993, que está em aberto à fase de cotação para AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK PARA PREMIAÇÃO DO IV CONCURSO DE ATIVIDADES SOBRE A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - 2014, referente processo administrativo nº 29.178/2014 e requisição nº 1916/2014, maiores informações no site da Prefeitura Municipal de Limeira - www.limeira.sp.gov.br.

Limeira, 25 de julho de 2014

Departamento de Gestão de Suprimentos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

O Município de Limeira, comunica que, com base no disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e considerando o que consta do processo administrativo nº 26.143/2014, foi deferido pelo Secretário Municipal de Administração, sem prejuízo da responsabilidade da secretaria solicitante sobre o objeto requisitado, a CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO E INTERNAÇÃO DE PORTADOR DE SÍNDROME ESPECTRO AUTISTA (período seis meses) para Atendimento ao Mandado Judicial nº 9006181-42.2014.8.26.0320, paciente Everton Vinícius Gonçalves, através da empresa Nucleo de Integração Social Vivendo Feliz Ltda, pelo valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais).

Limeira, 24 de julho 2014

TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JÚNIOR - Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

O Município de Limeira, comunica que, com base no disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e considerando o que consta do processo administrativo nº 26.137/2014, foi deferido pelo Secretário Municipal de Administração, sem prejuízo da responsabilidade da secretaria solicitante sobre o objeto requisitado, a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE HABILITADO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO PARA CORREÇÃO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, CID R32, COM "SLING", INCLUINDO LOCAL, MATERIAL E MEDICAMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS para Atendimento ao Mandado Judicial nº 320.2014/024495-5, paciente Buridos dos santos Visentainer, através da empresa Immandade da santa Casa de Misericórdia de Limeira pelo valor de R\$ 5.650,00 (Cinco mil seiscientos e cinquenta reais).

Limeira, 24 de julho 2014

TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JÚNIOR - Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

O Município de Limeira, comunica que, com base no disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e considerando o que consta do processo administrativo nº 26.132/2014, foi deferido pelo Secretário Municipal de Administração, sem prejuízo da responsabilidade da secretaria solicitante sobre o objeto requisitado, a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE HABILITADO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO COM IMPLANTE DE PROTESE SUBURETERAL SINTÉTICA (CIRURGIA SLING PUBOVAGINAL) CID N593, INCLUINDO LOCAL, MATERIAL E MEDICAMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS, para Atendimento ao Mandado Judicial nº 320.2014/028561-5, paciente Maria Conceição Aparecida Nabarette, através da empresa Immandade da santa Casa de Misericórdia de Limeira pelo valor de R\$ 5.650,00 (Cinco mil seiscientos e cinquenta reais).

Limeira, 24 de julho 2014

TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JÚNIOR - Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

O Município de Limeira, comunica que, com base no disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e considerando o que consta do processo administrativo nº 26.130/2014, foi deferido pelo Secretário Municipal de Administração, sem prejuízo da responsabilidade da secretaria solicitante

**JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA**  
**ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**EXPEDIENTE**

Produzido na Secretaria Municipal de Comunicações da Prefeitura Municipal de Limeira

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** João Batista Leonardi - Mtb: 43.213

**COMPOSIÇÃO:** Secretaria Municipal de Comunicações da Prefeitura Municipal de Limeira, Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira (SAAE), Câmara Municipal, Instituto de Previdência Municipal de Limeira, Poder Judiciário e Entidades Assistenciais.

**DIAGRAMAÇÃO:** Renato Antonio de Paula

**CIRCULAÇÃO:** Terça a sábado

**IMPRESSÃO:** TPRS Comunicações Ltda.

O Jornal Oficial do Município é órgão de divulgação Oficial da Administração Municipal de Limeira - Criado pela Lei Municipal nº 2494, de 30 de agosto de 1991.

R. Dr. Alberto Ferreira, 179 - Edifício Prada -

Papo Municipal Prefeito Waldemar Mattos Silveira (Meman) - Centro - Limeira-SP -

Fones: 3404-9600 e 3404-9601. www.limeira.sp.gov.br

sobre o objeto requisitado, a AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO Linagliptina 2,5mg - Cloridrato de Metformina 850mg - 160 COMPRIMIDOS para Atendimento ao Mandado Judicial 1004256-91.2014.8.26.0320, paciente Danilo Donizetti de Lima, através da empresa Valinpharma Comércio e Representações Ltda, pelo valor de R\$ 487,80 (Quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).

Limeira, 24 de julho 2014

TÉRCIO AUGUSTO GARCIA JÚNIOR - Secretário Municipal de Administração

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE LIMEIRA S/A - EMDL "EM LIQUIDAÇÃO"**

R. Dr. Alberto Ferreira, 179 - Conj. A - Centro - CEP: 13.480-074 -  
Limeira-SP - Fone: (19) 3404-9722 - Fax: (19) 3441-4256  
emdelcompras@yahoo.com.br

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2014.**

**CONTRATANTE:** Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDL - "Em Liquidação".

**CONTRATADA:** Domini Saúde e Consultoria Ltda.

**CNPJ:** 06.134.580/0001-96.

**PROCESSO:** 062/2014.

**MODALIDADE:** Convite 003/2014.

**DATA DA ASSINATURA:** 23 de Julho de 2014.

**OBJETO:** Prestação de serviços médicos - assistência técnica em perícia judicial, médica de insubridade e de periculosidade.

**QUANTIDADE:** A quantidade estimada de perícia para o período é de 16 (dezesseis).

**VALOR UNITÁRIO:** R\$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais) por perícia realizada.

**VALOR:** R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscientos reais).

**PRAZO:** 12 meses.



**ATO NORMATIVO DA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

**RESOLUÇÃO SME nº 08 de 18/07/2014**

**JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDO,** Secretário Municipal da Educação,

**NO EXERCÍCIO** de suas atribuições, delegadas pelo Decreto Municipal Nº 13, Artigo 11, Alínea "j", de 14 de janeiro de 1988,

**AUTORIZA,** nos termos do artigo 3º do Decreto Nº 171, de 09 de abril de 2009, o afastamento dos integrantes do quadro do Magistério Municipal, para comparecerem aos eventos organizados pelas entidades do magistério e dos funcionários e servidores públicos municipais, conforme o seguinte cronograma:

| ENTIDADE  | DIA | MÊS      |
|---|-----|----------|
| CPP Centro do Professorado Paulista - Regional de Limeira | 22  | Agosto   |
|   | 28  | Novembro |

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,** aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e quatorze.

**José Claudinei Lombardi** - Secretário Municipal da Educação



**DECRETO Nº 320, DE 25 DE JULHO DE 2014.**

**PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH,** Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

**NO EXERCÍCIO** de suas funções, em atenção às disposições legais,

**CONSIDERANDO** que o Município é o Controlador da Companhia de Desenvolvimento de Limeira S/A - CODEL "Em Liquidação" e da Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDL "Em Liquidação", conforme disposto na Lei nº 3.895, de 13 de abril de 2005;

**CONSIDERANDO** a inexistência de funcionários na Companhia de Desenvolvimento de Limeira S/A "Em Liquidação";

**CONSIDERANDO** a escassez de funcionários na Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDL "Em Liquidação", sem possibilidade legal para contratação de funcionários, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de manutenção do Cemitério Parque, Rodoviária Municipal e das demais unidades administrativas da Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDL "Em Liquidação",

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Gestão de Suprimentos, autorizada a dar suporte nos processos licitatórios, principalmente os de maior vulto, à Companhia de Desenvolvimento de Limeira S/A - CODEL "Em Liquidação" e à Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDL "Em Liquidação".

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente, o Decreto nº 206, de 7 maio de 2014,

**PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA,** aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

**PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH** - Prefeito Municipal

**PUBLICADO** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

**MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JÚNIOR** - Chefe de Gabinete